

Panorama da História dos Testes Psicológicos no Brasil e Críticas Atuais

Marcia Ferreira Amendola

Este texto objetiva fornecer um panorama da história dos testes psicológicos no Brasil desde o início do século XX até os dias atuais, apresentando alguns dos principais problemas, exemplificados a partir de um breve relato de minha experiência profissional em relação ao processo de avaliação psicológica com fins jurídicos.

A história da testagem psicológica no Brasil surge como uma versão do movimento europeu e norte-americano início do século XX e se confunde com a própria história da Psicologia no país.

De acordo com Pasquali e Alchieri (2001), é possível apreender a história da avaliação psicológica brasileira em cinco grandes períodos, decorrentes do desenvolvimento do campo de conhecimento científico e cultural.

Compreendendo o período entre 1836 a 1930, a produção médico-científica acadêmica foi considerada o gérmen do desenvolvimento da Psicologia no Brasil, à semelhança da Europa, cujas idéias de cunho positivista, vinculadas à psiquiatria, deram origem aos primeiros estudos de Psicologia, principalmente em Salvador e Rio de Janeiro (capital

federal). Neste período, os autores definiram três aspectos principais para o desenvolvimento do uso de testes psicológicos:

1. Psicologia como novo campo de estudo das faculdades de medicina – em geral, os temas abordados em teses acadêmicas relacionavam-se às questões de Neurologia, Psiquiatria e Saúde Mental. A atenção voltada para a busca da compreensão do homem e para os estudos da inteligência deram origem às primeiras referências à Psicologia: *Psicofisiologia acerca do Homem*, por Francisco Tavares da Cunha (em Salvador, no ano de 1851) e *Proposições a respeito da Inteligência*, por José Augusto César de Menezes (no Rio de Janeiro, no ano de 1843), respectivamente. Em instituições de saúde, como o Hospital Psiquiátrico São Pedro (em Porto Alegre, no ano de 1884) e o Hospital do Juqueri (na cidade de São Paulo, no ano de 1898), estudos dirigidos à psiquiatria deram ênfase à avaliação psiquiátrica.

Fernandes Figueira, médico pediatra, utilizou, pela primeira vez, um teste de inteligência com pacientes do Hospício Nacional em 1913. A escala Binet-Simon foi, portanto, o primeiro instrumento estruturado de avaliação a ser empregado no país (sua revisão foi chamada de escala de inteligência Stanford-Binet e considerada o primeiro instrumento útil para a mensuração da capacidade cognitiva geral – conhecida como Quociente de Inteligência, ou *QI*).

José Joaquim Medeiros e Albuquerque publicou “Psicologia de um Neurologista – Freud e suas teorias sexuais” (1919) e o primeiro livro de testes denominado “Tests” (1924).

2. Uso de métodos da psicologia nas escolas normais – há um movimento da psicologia pedagógica no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1914, é inaugurado o Laboratório de Pedagogia Experimental na Escola Normal, cujo foco eram os estudos de memória, inteligência infantil e psicomotricidade.

Isaias Alves fez a adaptação brasileira da escala Binet-Simon em 1924.

3. Surgimento de centros de pesquisa psicobiológica junto aos laboratórios em instituições relacionadas à área de saúde – surge o primeiro Laboratório de Psicologia do Hospital Nacional de Alienados em 1907.

O segundo período, entre 1930 e 1962, os autores situam a criação das primeiras universidades e conseqüente movimento de organização da Psicologia, tanto no ensino e pesquisa quanto na própria profissão. Apesar de o ensino de psicologia permanecer restrito às escolas normais, novos programas foram criados, entre eles, os laboratórios de Psicologia, que ainda contavam com a colaboração de representantes da comunidade internacional, como Theodore Simon, no laboratório de psicologia, situado na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico em Belo Horizonte, chefiado por Helena Antipoff e dedicado aos estudos da inteligência geral, aprendizagem, memória, psicomotricidade, julgamento social e julgamento moral, personalidade e tipos de criança, entre outros. Havia, também, o Serviço de Psicologia Aplicada na Faculdade de Educação em São Paulo, no qual foi instalado o Laboratório de Psicologia Educacional e, em 1932, os cursos de aperfeiçoamento e especialização voltados à psicologia na Escola Nacional, posteriormente, Instituto de Educação, na cidade do Rio de Janeiro.

Com a fundação de algumas universidades (USP é a primeira), surgiram várias disciplinas de psicologia ensinadas em diferentes cursos da época (Medicina, Filosofia, Direito, Administração, Sociologia). O ensino de psicologia ensejou as primeiras pesquisas psicológicas, sendo a pioneira na área de psicologia social e relações humanas por Eliezer Schneider. Em São Paulo, no ano de 1927, Henri Pierón lecionou Psicologia Experimental e Psicometria.

As pesquisas psicológicas também eram desenvolvidas fora do ambiente acadêmico, nos centros orientados para questões do trabalho, como no: Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), dentre outros. Assim como em centros pedagógicos de educação, onde foram realizadas adaptações e revisões de numerosos testes de inteligência e aptidão, incluindo a elaboração de testes para medida psicológica e verificação do rendimento do ensino (Alchieri & Cruz, 2006).

O primeiro setor do mundo social do trabalho em que se deu a aplicação da Psicologia foi o setor de transportes, origem do campo de atuação da Psicologia do Trânsito. Em 1951, o ISOP iniciou o exame de candidatos para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) por meio de entrevistas, provas de aptidão e personalidade e, em 1962, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAM) estendeu o exame psicotécnico a todos os candidatos a CNH (Alchieri & Cruz, 2006).

De acordo com Pasquali e Alchieri (2001), a instrumentação utilizada pelos pesquisadores da época estava amparada nos testes psicológicos de inteligência, aptidão, inventário de personalidade e projetivos, no entanto, foram as avaliações de inteligência e de personalidade as maiores responsáveis pelo aumento de publicações de artigos em periódicos científicos referentes à avaliação psicológica neste período no país. Para os autores, este período foi o mais produtivo no Brasil em relação aos testes psicológicos (período áureo), havendo grande entusiasmo e crença exagerada no poder desses instrumentos.

No terceiro período, entre 1962 e 1970, houve a regulamentação da Psicologia como disciplina e como profissão (Lei nº 4.119 de 1962), culminando com a criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), Lei 5.766 de 1974.

A rápida expansão da Psicologia acarretou na queda de qualidade dos cursos por falta de docentes qualificados, especialmente na área de

avaliação psicológica, provocando um crescente desinteresse pela aprendizagem de medidas psicológicas, descrédito e banalização no uso dos instrumentos objetivos, associados ao engessamento na construção e atualização de instrumentos nacionais (Alchieri & Cruz, 2006). Neste período, os testes foram criticados e o uso minimizado, o que representou um forte declínio na produção de artigos, estudos e criação de instrumentos, tanto no Brasil quanto em outros países.

As explicações a esta redução eram o movimento cultural de reação à quantificação (movimento contra-cultura, questionamento das idéias tecnicistas e a crítica histórica da associação dos modelos de avaliação com a cultura norte-americana), ao Positivismo e às suas manifestações técnicas, juntamente com o advento do Humanismo e da dialética na compreensão do comportamento humano, que tornava a medida como algo impraticável (Pasquali & Alchieri, 2001).

No quarto período, entre 1970 e 1990, Pasquali e Alchieri (2001) retrataram um momento de expansão da Psicologia, mas marcado por crises. Enquanto surgiam cursos de pós-graduação, que possibilitaram o aumento do ensino e de pesquisas em avaliação psicológica, faltavam docentes qualificados. Em relação aos testes psicológicos, este período foi pobre, havendo sido abandonados ou usados sem atualização de suas normas. A pesquisa foi nula, assim como a produção e publicação de artigos, o que se faz sentir no despreparo dos profissionais e docentes da área de avaliação psicológica até os dias de hoje (era negra).

Os psicólogos centravam sua prática em clínicas particulares ou em seleção de pessoal, sem um preparo adequado quanto aos métodos e técnicas disponíveis, o que provocou uma série de críticas pela sociedade. O problema se estendeu quando o CFP e os CRPs não se mostraram preocupados com a ausência de estudos dos instrumentos, deixando a disseminação de testes nas mãos do mercado editorial, que traduziu, adaptou e comercializou instrumentos para os mais diversos propósitos, sem qualquer cuidado com essa prática. Os psicólogos que faziam uso

desses testes, por não terem suficiente conhecimento para perceber a carência técnica e metodológica, não tinham maiores críticas em utilizá-los, ensejando uma reação da sociedade, dos usuários e das vítimas do uso abusivo e indiscriminado desta prática por parte de psicólogos despreparados quanto à avaliação psicológica. Numerosos processos judiciais contra decisões pautadas em resultados de testes psicológicos e por erros dos profissionais mobilizou o CFP a criar a Comissão Nacional de Avaliação Psicológica, cujo objetivo, dentre outros, era analisar a situação e as principais dificuldades em avaliação psicológica com que o psicólogo se deparava.

No quinto período, entre 1990 até hoje, as repercussões negativas dos testes psicológicos, resultantes dos processos judiciais contrários aos resultados de avaliações psicológicas, geraram a mobilização de alguns profissionais, pesquisadores e, em especial, do CFP. As ameaças de ordem judicial para extinguir o Psicotécnico no Trânsito em 1997 culminaram com uma tomada de atitude por parte da classe dos psicólogos e dos Conselhos para verificar os problemas das técnicas de avaliação psicológica.

Apesar das dificuldades, algumas iniciativas foram e vêm sendo tomadas no sentido de promover a avaliação psicológica brasileira e lhe conferir a devida importância. O Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAPP, 1998), composto por pesquisadores da área de avaliação, visando à pesquisa científica sobre a instrumentação psicológica e à criação e validação de técnicas de exame psicológico, vem procurando promover a área por meio da organização de eventos científicos, da publicação de livros e de uma revista de Avaliação Psicológica para unificar as pesquisas, além da representação dos psicólogos junto aos órgãos de classe. Também é intenção do IBAPP que haja maior discussão sobre como formar psicólogos em avaliação psicológica (Noronha, Primi & Alchieri, 2005).

Atualmente, verifica-se uma participação ativa da categoria na produção do conhecimento em avaliação psicológica em diversos trabalhos, pesquisas, ensino e intervenção profissional, especialmente, em virtude da expressiva produção de artigos, livros e eventos nacionais e internacionais da área (Alchieri & Cruz, 2006).

O aumento na demanda por realização de avaliação psicológica para motoristas, porte de armas, ingresso nas polícias civil e militar e, acrescentaria, para embasar processos judiciais, requer uma análise e solução dos problemas decorrentes do abuso das avaliações psicológicas e do uso inadequado dos testes psicológicos. A legislação vem responsabilizar o profissional, exigindo deste qualidade na prestação de serviços à sociedade. (Pasquali & Alchieri, 2001).

Nesse sentido, trago a minha experiência como profissional e pesquisadora na área de avaliação psicológica em casos de suspeita de abuso sexual de crianças para fins jurídicos (Amendola, 2006).

Como foi possível verificar, a Psicologia erigiu-se, principalmente, a partir da práxis da avaliação psicológica. De forma semelhante ocorreu à Psicologia Jurídica, que se baseou na verificação da autenticidade de testemunhos nos processos judiciais (Psicologia do Testemunho), a partir do processo Psicodiagnóstico. Decorre, portanto, dessa prática psicológica, a importância atribuída pelo Poder Judiciário ao saber psicológico sobre o indivíduo, a partir do uso de técnicas de exame, tradicionalmente, considerado um campo pragmático, científico e objetivo do conhecimento, na obtenção da verdade jurídica.

Para Brito (2004), os psicólogos, ao procurar atender a demanda do poder judiciário na produção de uma verdade sobre o indivíduo, buscaram se especializar nas técnicas de exame psicológico, denominadas de perícias, estudos de casos, exames criminológicos, por conseguinte, uma prática, cuja exclusividade, confere ao psicólogo um saber científico-psicológico que será aplicado à produção da verdade jurídica.

No entanto, tomando por base as informações obtidas em minha dissertação de Mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, verificamos que a maioria dos psicólogos que atuam em instituições de referência para atendimentos em casos de suspeita de abuso sexual contra crianças e adolescentes atendem apenas a essa população infanto-juvenil, excluindo a participação do provável abusador no processo de avaliação psicológica. Conforme explicações dos psicólogos entrevistados na pesquisa, os pais acusados não eram convocados a participar da avaliação, pois a situação poderia colocar os profissionais em risco. Fato que, de acordo com Noronha (2002), coloca em discussão muitas instâncias do ser e do fazer psicológicos.

Para a autora, se, por um lado, existe o psicólogo que atua sem a devida atualização/qualificação e sem preparo para as solicitações do mercado, por outro, não há padrões de atuação na área de avaliação psicológica, tampouco de competência profissional para utilização de instrumentos psicológicos. Deste modo, as práticas de avaliação psicológica podem ser tornar formas ineficientes ou abusivas de intervenção profissional, ensejando a realização de denúncias contra psicólogos junto aos Conselhos Regionais de Psicologia.

Em pesquisa recentemente divulgada pela Comissão de Orientação e Ética do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), verificou-se que a área de maior concentração de processos éticos é a da avaliação psicológica e que os principais aspectos referem-se basicamente: às técnicas utilizadas; à condução do profissional durante a avaliação; à fundamentação das conclusões e à produção de um laudo parcial, quando apenas uma parte é avaliada (Jornal PSI, jan/mar 2006).

Preocupação semelhante ocorre na Comissão de Orientação e Ética do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), da qual faço parte como membro colaborador desde outubro de 2005. O uso de técnicas não padronizadas, com vistas ao diagnóstico de abuso sexual de

crianças, parece ser um dos itens que mais têm levado os psicólogos a serem processados eticamente.

Segundo Uziel (2006), se o psicólogo opta por uma técnica, sua escolha deve se remeter à ética. Nesse sentido, resta a dúvida: o que faz o psicólogo nesses lugares em que seu olhar técnico é requisitado? O que é ético fazer? De acordo com Brito (2004), a prática em Psicologia não pode estar afastada dos indicadores dispostos no Código de Ética Profissional dos Psicólogos, que são os princípios norteadores da atuação profissional em qualquer espaço.

De um modo geral, o assunto tem gerado debates em alguns Conselhos Regionais de Psicologia (CRP-RJ, CRP-RS e CRP-SP) acerca do papel a ser desempenhado pelos psicólogos diante da demanda do poder judiciário, incluindo as técnicas e instrumentos empregados.

Nesse sentido, Noronha e Freitas (2005) entendem ser imprescindível que a avaliação psicológica seja repensada e melhor discutida nos âmbitos nacional e internacional. De acordo com as autoras, a American Psychological Association (APA) estabeleceu alguns princípios éticos norteadores da formação e atuação dos psicólogos, como os que se referem à competência do profissional, que deve se manter em constante atualização científica e prática, além do princípio de responsabilidade científica e profissional, o qual determina que o profissional deva procurar técnicas específicas para atender determinados tipos de clientela.

Para finalizar, ressalto Noronha (2002), quando afirma que ainda é a formação que orienta a ação do psicólogo e, para que este seja com um mínimo de problemas graves e freqüentes, é preciso investir na preparação do profissional.

Bibliografia:

ALCHIERI, J.C. & CRUZ, R.M. *Avaliação Psicológica: Conceitos, Métodos e Instrumentos*. 1ª reimpressão, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AMENDOLA, M.F. *Vidas em Papel: a prática da avaliação psicológica para fins jurídicos e o agir ético*. Ante-Projeto de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

BRITO, Leila M.T. Rumos e Rumores da Psicologia Jurídica. In: A.M. JACÓ-VILELA & D.MANCEBO (Org.). *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*, 2ª edição, 2004, p.223-235.

JORNAL PSI CRP-SP. A inserção do psicólogo no Poder Judiciário e sua interface com o Direito. Questões éticas. Edição Nº 146, janeiro/março 2006.

NORONHA, A.P.P.; PRIMI, R. & ALCHIERI, J.C. Instrumentos de avaliação mais conhecidos/utilizados por psicólogos e estudantes de psicologia. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 2005, vol. 18, nº. 3, p. 390-401.

NORONHA, A.P.P. & FREITAS, F.A. Testes psicológicos, usos e conhecimento. *PSICO*, vol. 36, nº. 1, 2005, p. 21-28.

NORONHA, A.P.P. Os Problemas Mais Graves e Mais Frequentes no Uso dos Testes Psicológicos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2002, vol.15, nº1, p. 135-142.

PASQUALI, L. & ALCHIERI, J.C. Os Testes Psicológicos no Brasil. In: L. PASQUALI (org.). *Técnicas de Exame Psicológico – TEP: manual*, vol 1. São Paulo: Casa do Psicólogo/CFP, 2001, p.195-221.

UZIEL, A.P. *Quart'ética: Relações Psicologia e Justiça: o lugar do psicólogo*, CRP, 2006.

Bibliografia Complementar:

ALCHIERI, J.C. & BANDEIRA, D.R. Ensino da Avaliação Psicológica. In: R. PRIMI (org.) *Temas em Avaliação Psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p.77-85.

NORONHA, A.P.P. & ALCHIERI, J.C. Reflexões sobre os Instrumentos da Avaliação Psicológica. In: R.PRIMI, (org.) *Temas em Avaliação Psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p.19-35.